

# **A influência das reconstruções identitárias na redução da discriminação intergrupala<sup>1</sup>**

Margarida Rebelo  
mrebelo@lnec.pt

Laboratório Nacional de Engenharia Civil  
Departamento de Edifícios  
Núcleo de Ecologia Social

## **1. Introdução**

O crescimento económico das sociedades e a imigração internacional têm colocado enormes desafios à gestão da diversidade social e cultural, nomeadamente na definição dos processos de integração social dos imigrantes. Uma sociedade que busca a integração é uma sociedade que compreendeu a importância destes processos e que desenvolve políticas dinâmicas através das quais e ao longo do tempo recém-chegados, imigração antiga e sociedade de acolhimento formam um todo integrado. As diferentes formas de inclusão e os processos identitários promotores de percursos de integração social dos imigrantes têm sido estudados por várias disciplinas, nomeadamente, pela Psicologia Social.

O presente trabalho, assente numa perspectiva sócio-ecológica, mas simultaneamente recorrendo ao entendimento específico que a Psicologia Social tem conferido ao tema do preconceito étnico, utiliza os modelos mais recentes desta disciplina para a compreensão dos factores e das condições que marcam e determinam a redução/minimização do preconceito étnico (Brewer & Miller, 1984; Gaertner, Mann, Murrell, & Dovidio, 1989; Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman, & Rust, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000). O interesse por este fenómeno social deve-se, sobretudo, à importância que uma acção preventiva pode desempenhar no controlo e na erradicação precoce de comportamentos de discriminação e xenofobia, decorrentes do contacto real entre grupos étnicos diferentes e, em consequência, dos movimentos migratórios com destino a Portugal.

O interesse em abordar a configuração do relacionamento inter-étnico em idades não adultas encontra-se estreitamente ligado a uma ideia de mudança social precoce. A par do tratamento das relações

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada ao IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) – Classificar o Mundo, Lisboa, 9-11 Setembro 2009.

entre grupos étnicos distintos, tomamos como ponto de partida a preocupação de conhecer estes fenómenos precocemente, de forma a poder intervir-se antes que a discriminação e o preconceito étnico encontrem terreno fértil para a sua expressão, ou se preferirmos, “antes que seja tarde” (Rebelo, 2006).

Esta ideia de precocidade da intervenção, nomeadamente, em contextos educativos, constitui uma das preocupações últimas deste projecto. Especificamente, encaminha-nos para a necessidade da intervenção em contexto educativo, dado que a escola é, sem dúvida, um dos primeiros cenários de socialização e é precisamente um dos contextos onde as crianças são confrontadas com o desafio da convivência e contacto entre culturas diferentes. Embora o preconceito na infância não seja tão hostil ou intencional como nos adultos, a verdade é que não é menos nocivo para quem o detém e, principalmente, para quem é alvo dessa discriminação. A vantagem de identificar a forma ou as formas de redução do preconceito nestas idades, prende-se, por um lado, com as potencialidades do desenvolvimento precoce de relações intergrupais e interpessoais mais harmoniosas, e por outro, com o facto de se poder esperar que as mudanças na maturação das competências cognitivas, sociais e emocionais possam contribuir para transformar o preconceito na capacidade de ver o outro de uma forma diferente e de entender a diversidade de culturas como um aspecto positivo das sociedades.

## 2. Objectivos

A escolha de grupos de origem africana ficou a dever-se ao facto de os imigrantes da África Lusófona continuarem a ser os mais representados em matéria de imigração, são o grupo de imigração mais antiga e as novas gerações, descendentes das primeiras vagas de imigração, representam 10,5% do total de alunos do 1º ciclo no actual sistema educativo. Acresce o facto de os alunos de origem africana representarem mais de 60% do total de alunos de origem étnica distinta da portuguesa no actual sistema educativo, o que os coloca numa posição de maioria (Rebelo, 2006).

Os estudos que abordarem a expressão do racismo e xenofobia em Portugal, e designadamente em relação aos alvos negros, defendem que os cenários de convivência entre estes grupos (grupo nacional e grupos étnicos ou etno-nacionais) não têm sido, ao longo dos anos, um território de amena convivência, onde o contacto entre os grupos nem sempre foi marcado por relações de harmonia e de tolerância (Vala, Brito e Lopes, 1999; Vala, Pereira e Ramos, 2006). Ainda hoje, e apesar das várias medidas e políticas de minimização e/ou erradicação de comportamentos de discriminação, a realidade continua a ser dura e de um desfavorecimento notório para quem é diferente, e principalmente quando

a essa diferença se adicionam outros ingredientes de desfavorecimento social (pobreza, condições de precariedade habitacional, baixos níveis de escolaridade, etc.).

Face ao que acabámos de expor, o trabalho a ser apresentado testa a eficácia de três modelos da Psicologia Social, designadamente o modelo da Identidade Endogrupal Comum, o modelo da Dupla Identidade e o modelo da Descategorização/Individuação, que procederam à identificação dos factores, das condições e dos contextos que marcam e determinam a redução do preconceito étnico.

### 3. Contexto teórico

O modelo da Identidade Comum (Gaertner, Mann, Murrell, & Dovidio, 1989) parte do pressuposto que a criação de uma identidade supra-ordenada mais inclusiva, decorrente da diluição das fronteiras entre as categorias sociais anteriores, significa uma melhoria na forma como o outro grupo é visto, o que, conseqüentemente, resultaria numa redução do preconceito.

O modelo da Dupla Identidade (Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman, & Rust, 1993; Gaertner & Dovidio, 2000) vem propor que a criação de uma identidade mais integradora e inclusiva pode ser induzida a par da manutenção de identidades mais positivas em relação aos grupos de étnicos de origem, o que permitiria a redução dos comportamentos de discriminação.

O modelo da Descategorização/Individuação (Brewer & Miller, 1984) aposta numa estratégia cognitiva de redução do preconceito diferente dos anteriores dado que para este a peça fundamental do sistema é o desenvolvimento de relações interpessoais, em detrimento de relações entre grupos sociais, esses sim geradores de comportamentos de discriminação e de tensões entre os grupos. Neste sentido, as relações interpessoais e o maior interesse em desenvolver interações baseadas nas características individuais do que nas pertenças grupais permitiriam a diluição das categorias geradoras de discriminação (ex. somos pessoas ao invés de somos brancos ou negros).

### 4. Aspectos metodológicos

Com base nas três formas de relacionamento entre os grupos atrás referidas e atendendo ao facto de que este tipo de fenómenos devem ser precocemente intervencionados, esta comunicação tem como objectivo último fornecer pistas claras para a intervenção social nesta matéria, a qual se centraria em modificar a forma como as relações entre indivíduos de grupos étnicos diferentes se desenvolvem em determinados contextos, nomeadamente, o escolar.

Neste sentido, os três estudos experimentais que constituíram o corpo empírico central do presente trabalho reproduzem, em contexto controlado, as três formas diferenciadas de relacionamento entre os grupos em também três contextos diferentes de interação (variáveis estruturantes do contacto entre os grupos) (Rebelo, 2006).

## 5. Resultados

No primeiro estudo, e com um objectivo mais teórico de adaptação destes modelos à infância, os dois grupos étnicos interagiram com elementos dos seus próprios grupos. Os resultados obtidos vieram ao encontro do já verificado em adultos, na medida em que as diferentes formas de relacionamento foram bem sucedidas a reduzir a discriminação intergrupala (Rebelo, Matias, e Monteiro, 2002).

No segundo estudo os dois grupos étnicos foram colocados em interação (crianças de origem africana vs. crianças de origem portuguesa), muito embora a característica étnica não estivesse saliente durante a interação entre os grupos. Também neste estudo os resultados foram interessantes, na medida em que revelaram a eficácia das várias estratégias, reproduzindo o padrão de resultados do estudo anterior (Guerra, Rebelo, e Monteiro, 2004; Gaertner, Dovidio, Guerra, Rebelo, Monteiro, Riek, e Houlette, 2008).

O terceiro estudo contou com um novo objectivo: o de perceber até que ponto a interação real entre os grupos num determinado contexto influencia as relações que estes sujeitos têm com elementos dos grupos étnicos distintos do seu em contextos ecológicos mais alargados (escolar e residencial). Voltando a testar a eficácia das estratégias de redução analisadas ao longo dos estudos anteriores, este estudo introduz uma nova forma de interação entre os grupos: a pertença étnica dos sujeitos estava saliente na interação entre os grupos. Pela primeira vez, os resultados deste estudo vêm demonstrar que as estratégias de redução do preconceito étnico têm um comportamento diferenciado para os dois grupos étnicos. Assim, verificamos que as crianças de origem africana estão dispostas a olhar mais positivamente o outro grupo étnico, independentemente do tipo de gestão identitária proposta: seja através de um investimento em relações personalizadas, seja pela criação de uma identidade mais inclusiva com ou sem manutenção da sua identidade étnica. Já as crianças de origem portuguesa, e foi sobre estas que a nossa atenção mais recaiu, permitem que a categoria “grupo dos portugueses” seja um bom veículo na redução da discriminação, desde que as especificidades étnicas de cada grupo sejam mantidas. Para além disso, este grupo demonstra também que a personalização das relações, ou seja, a substituição das categorias étnicas por informação individualizada relevante

constitui uma boa forma de gestão de conflitos de base étnica e, conseqüentemente, de redução do preconceito.

Mas os resultados deste estudo vieram esclarecer uma outra questão fundamental em matéria de intervenção, e pioneira em termos de literatura. Referimo-nos ao papel dos contextos sócio-ecológicos gradualmente mais inclusivos na manutenção dos comportamentos de discriminação reduzida. A demonstrada capacidade de generalização destes modelos psicossociais de redução do preconceito inter-étnico vem salientar a importância da componente ecológica no estudo dos fenómenos sociais, a qual actua fundamentalmente na extensão dos benefícios do contacto para outros sistemas e estruturas sociais que influenciam o comportamento individual e dos grupos. De facto, a possibilidade de se generalizarem atitudes positivas para grupos/participantes com quem não se interage directamente, para além de representar uma mais valia inegável em matéria de intervenção, remete-nos para a importância vital da ligação entre os ambientes físico e social na redução de comportamentos de discriminação e na generalização contextual dessa redução (Rebelo, Guerra, e Monteiro, 2005a; Rebelo, Guerra, e Monteiro, 2005b; Monteiro, Guerra, e Rebelo, 2009).

## 6. Considerações finais

Neste sentido, a perspectiva ecológica na mitigação de riscos sociais, para além de conferir um novo olhar a estes modelos em específico no entendimento de riscos sociais (e.g. discriminação e preconceito étnico), possibilita a ligação entre as características das populações que são alvo de discriminação e o *setting* físico (ambiente construído) em que estes fenómenos ocorrem e se desenvolvem.

Face aos resultados obtidos no decurso deste trabalho, encontramos-nos em melhores condições de promover a mudança social necessária à mitigação de comportamentos de risco de base étnica e à promoção da inclusão social de populações com estas características. Neste sentido, e se pensarmos em contextos urbanos mais alargados, deparamo-nos com a impossibilidade de entender os fenómenos de forma desgarrada dos contextos urbanos nos quais eles tomam forma e se desenvolvem.

Assim, os processos sociais, e este em particular, no qual se cruzam diversas vertentes de desfavorecimento social<sup>2</sup>, a que não são alheias as características do ambiente físico que as suporta,

---

<sup>2</sup> Profissões socialmente pouco valorizadas, baixos níveis de instrução e de escolaridade, curta permanência no sistema educativo, percursos marcados por insucesso/abandono escolar e difícil acesso à igualdade de direitos civis e políticos.

torna-os indissociáveis e constitui o pretexto para o desenvolvimento científico do tema das relações étnicas entre grupos sociais distintos e, como vimos, estatutariamente assimétricos.

Tomando o acervo que este trabalho nos deixa, ele pode ser sistematizado em 3 eixos distintos, ainda que interligados: (1) o apoio à definição de políticas e ao delineamento de medidas eficazes de combate à discriminação e à intervenção social e urbanística; (2) a importância da precocidade de intervenção e a importância da interligação entre os vários cenários de socialização infantil (escola, casa, bairro) na mitigação de riscos sociais; (3) o carácter fundamental do estudo dos fenómenos sociais nos ambientes físicos em que estes ocorrem (Rebelo, 2006).

## 7. Bibliografia

Brewer, M. B. & Miller, N. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. In N. Miller & M. B. Brewer (Eds.), *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 281-302). New York: Academic Press.

Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (2000). *Reducing intergroup bias: The common ingroup identity Model*. Philadelphia, PA: Psychology Press.

Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A. & Rust, M. C. (1993). The common ingroup identity model: Recategorization and the reduction of intergroup bias. *European Review of Social Psychology*, 4, 1-26.

Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Guerra, R., Rebelo, M., Monteiro, M. B., Riek, B. M., Houlette, M. A. (2008). The Common Ingroup Identity Model: Applications to Children and Adults. In M. Killen and S. Levy (Eds.), *Intergroup Relations: An Integrative Developmental and Social Psychological Perspective*, pp. 204-219. Oxford University Press.

Gaertner, S. L., Mann, J. A., Murrell, A. J. & Dovidio, J. F. (1989). Reducing intergroup bias: The benefits of recategorization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(2), 239-249.

Guerra, R., Rebelo, M., & Monteiro, M. B. (2004). Changing intergroup relations: Effects of Recategorization, Decategorization and Dual Identity in the reduction of intergroup discrimination. Paper presented at 7th Jena Workshop on Intergroup Processes. Jena, Germany.

Monteiro, M. B., Guerra, R. & Rebelo, M. (2009). Reducing prejudice: Common Ingroup and Dual Identity in unequal status intergroup encounters. In S. Demoulin, J.-P. Leyens, & J. F. Dovidio (Eds.) *Intergroup misunderstandings: Impact of divergent social realities*, pp. p. 273 a 290. London, UK: Psychology Press.

Rebelo, M. (2006). *Estudos em Branco e Negro: Modelos de redução do preconceito inter-étnico na infância*. Lisboa, LNEC: TPI 41.

Rebelo, M., Guerra, R. & Monteiro, M. B. (2005a). Generalizing positive intergroup relations in realistic settings: A comparison among recategorization, decategorization and dual identity models. Paper presented at the XIVth General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology. Wurzburg, Germany.

Rebelo, M., Guerra, R. & Monteiro, M. B. (2005b). Generalizing positive intergroup relations in realistic settings: A comparison among recategorization, decategorization and dual identity models. Série Comunicações DED/NESO. Lisboa, LNEC.

Rebelo, M., Matias, C. & Monteiro, M. B. (2002). Recategorization and decategorization effects on reduction of intergroup bias: A child development perspective in equal and unequal status interactions. *Psicologia*, XVI (2), 351-386.

Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e subtil em Portugal. In J. Vala (Org.), *Novos racismos*. Lisboa: Celta Editora.

Vala, J., Pereira, C., & Ramos, A. (2006). "Preconceito racial, percepção de ameaça e oposição à imigração". In Jorge Vala e Anália Torres (Organizadores), *Atitudes, Valores e Estruturas Sociais na Europa* (v.1, p. 221-250). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.